



Jornal Notícias 01-02-2012	Periodicidade: Diário	Temática: Justiça
	Classe: Informação Geral	Dimensão: 1043
	Âmbito: Nacional	Imagem: S/Cor
	Tiragem: 110603	Página (s): 1/6 e 7

POLEMICA NA ABERTURA DO ANO JUDICIAL PÁGS 6 E 7

Marinho e Pinto
BASTONÁRIO DA ORDEM DOS ADVOGADOS
"A independência do Banco de Portugal é mais importante para o Governo do que a dos tribunais?"

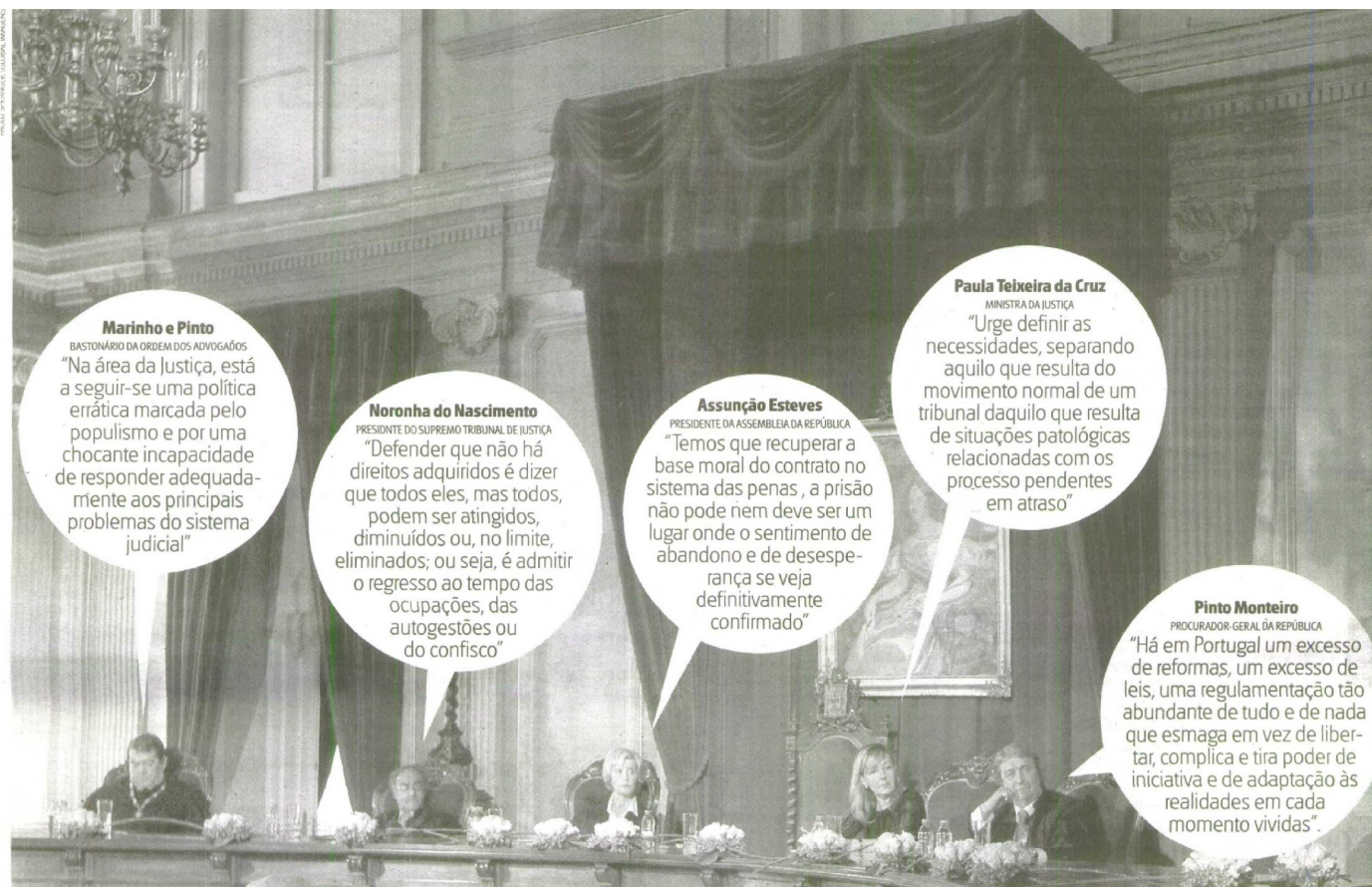
Noronha do Nascimento
PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
"Falar na inexistência de direitos adquiridos pode ser a abertura da caixa de Pandora"

Assunção Esteves
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
"As prisões são uma ferida medieval na sociedade moderna e republicana"

Cavaco Silva
PRESIDENTE DA REPÚBLICA
"Ninguém sai imune da crise de credibilidade que vem afectando a nossa justiça"

Paula Teixeira da Cruz
MINISTRA DA JUSTIÇA
"Esta reforma não é uma agressão contra o poder local, os cidadãos ou a cidadania"

Pinto Monteiro
PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
"O maior problema que a justiça atravessa é a ligação entre política e justiça"

**Marinho e Pinto**

BASTONÁRIO DA ORDEM DOS ADVOGADOS

"Na área da Justiça, está a seguir-se uma política errática marcada pelo populismo e por uma chocante incapacidade de responder adequadamente aos principais problemas do sistema judicial"

Noronha do Nascimento

PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

"Defender que não há direitos adquiridos é dizer que todos eles, mas todos, podem ser atingidos, diminuídos ou, no limite, eliminados; ou seja, é admitir o regresso ao tempo das ocupações, das autogestões ou do confisco"

Assunção Esteves

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

"Temos que recuperar a base moral do contrato no sistema das penas, a prisão não pode nem deve ser um lugar onde o sentimento de abandono e de desesperança se veja definitivamente confirmado"

Paula Teixeira da Cruz

MINISTRA DA JUSTIÇA

"Urge definir as necessidades, separando aquilo que resulta do movimento normal de um tribunal daquilo que resulta de situações patológicas relacionadas com os processos pendentes em atraso"

Pinto Monteiro

PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

"Há em Portugal um excesso de reformas, um excesso de leis, uma regulamentação tão abundante de tudo e de nada que esmaga em vez de libertar, complica e tira poder de iniciativa e de adaptação às realidades em cada momento vividas".

"Se mapa tiver erros Ministério será o primeiro a corrigi-los"

Paula Teixeira da Cruz falava na abertura do ano judicial onde Cavaco pediu apaziguamento

— CLARA VASCONCELOS

A ministra da Justiça garantiu ontem que a proposta para o novo mapa judiciário será corrigida se forem detetados "erros". Paula Teixeira da Cruz falava no final da sessão solene de abertura do ano judicial, marcada pelo apelo de Cavaco à pacificação.

"É um ensaio para ser debatido com todos os operadores judiciários", disse a ministra, admitindo que o documento "pode ter erros" e garantindo que "se tiver erros" o ministério da Justiça será "o pri-

meiro a corrigi-los". Teixeira da Cruz respondia assim ao coro de críticas que se levantaram desde que a proposta foi conhecida, não só pelas populações das localidades onde se propõe o encerramento dos tribunais (cerca de meia centena) como ao próprio bastonário da Ordem dos Advogados que classifica o documento como "uma agressão" para as populações do interior. Ao JN, Marinho e Pinto disse que a Ordem vai avaliar a proposta e identificar todas as situações em que

o encerramento dos tribunais é inadmissível.

Compromisso de regime

Durante a sessão solene de abertura do ano judicial, o Presidente da República defendeu que as imposições da Troika constituem uma "oportunidade única e inadiável para se introduzirem, num clima de pacificação, diálogo e colaboração permanente, as mudanças que há muito vinham sendo reclamadas". O chefe de Estado, que falava perante os principais

operadores do sistema de Justiça e por responsáveis políticos, apelou ao "apaziguamento" entre os operadores judiciários, considerando que estas mudanças devem ser encaradas "como um compromisso de regime".

Mas antes já Marinho e Pinto, bastonário da Ordem dos Advogados, e a ministra da Justiça, tinham trocado recados. Com o bastonário a fazer um balanço negativo dos sete meses de liderança da ministra, acusando o Governo de estar "declaradamente em-

penhado em criar condições para que em torno da Justiça floresça o mesmo género de negócios privados que outros governos criaram em torno da Saúde". E como exemplo apontou a os tribunais arbitrais.

Sem nunca nomear ninguém, Paula Teixeira da Cruz declarava que "servir a cidadania é saber usar a crítica construtivamente, no sentido da mudança, com propostas alternativas e não como mera arma de arremesso".

O Procurador-Geral da Repú-

**Cavaco Silva**

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

"A cultura judicial deve pautar-se pela contenção verbal, pela discrição de atitudes e pelo rigor profissional que, em geral, é timbre dos servidores da causa da justiça"

blica, que participou pela última vez na sessão solene de abertura do ano judicial, uma vez que o seu mandato termina em Outubro, criticou, uma vez mais, o excesso de produção legislativa e defendeu que o problema de Portugal "não são as leis, mas sim a forma como são aplicadas". Pinto Monteiro reafirmou ainda que nunca, "como agora", os crimes de corrupção e fraude fiscal, "foram tão investigados".

Num discurso menos centrado nas questões do foro judicial, o presidente do Supremo Tribunal de Justiça criticou aqueles que afirmam não existirem "direitos adquiridos" e defendeu que isso é "admitir o regresso ao tempo das ocupações, autogestões ou do confisco".

Na sua primeira participação na cerimónia, Assunção Esteves, a presidente da Assembleia da República, defendeu a necessidade de uma Justiça que reconheça "o valor moral do Homem" e apelou a uma política das penas e prisões caracterizada por uma estratégia de reinserção.■